

COLEÇÃO
**MANUAIS Dizer
o Direito**

Coord.: MÁRCIO CAVALCANTE

Mauro Schiavi

MANUAL DE
**DIREITO E
PROCESSO DO
TRABALHO**
VOLUME ÚNICO

5ª edição

Revista, atualizada
e ampliada

2024

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Dizer  **Direito**
www.dizerodireito.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

S329m Schiavi, Mauro.

Manual de Direito e Processo do Trabalho - Volume Único / Mauro Schiavi – 5.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

1296 p.

ISBN: 978-85-442-5185-0

1. Direito Processual do Trabalho. I. Schiavi, Mauro. II. Título.

CDD 342.68

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

I. TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	41
1. Referências históricas do Direito do Trabalho	41
2. Referências históricas do Direito do Trabalho no Brasil	44
3. A Consolidação das Leis do Trabalho como principal legislação trabalhista do Brasil	46
4. Do cenário legislativo atual no Brasil	48
5. Definição do Direito do Trabalho. Autonomia. Natureza Jurídica	49
6. Divisões do Direito do Trabalho	51
7. Da Constitucionalização do Direito do Trabalho	52
8. Princípios do Direito do Trabalho	54
8.1. Da distinção entre normas, regras e princípios	54
8.2. Conceito e finalidades dos princípios	54
9. Princípios Constitucionais do Direito do Trabalho	56
9.1. Valor social do trabalho	56
9.2. Melhoria da condição social do trabalhador	57
9.3. Dignidade da pessoa humana do trabalhador	57
10. Dos Princípios clássicos do Direito do Trabalho	61
10.1. Proteção	61
10.1.1. Norma mais favorável	62

10.1.2. In dubio pro operario	63
10.1.3. Condição mais benéfica	64
10.2. Irrenunciabilidade de direitos	64
10.2.1. Da renúncia e transação no Direito do Trabalho	64
10.3. Continuidade	66
10.4. Primazia da realidade	67
10.5. Boa-fé	67
10.6. Razoabilidade	68
11. Das fontes do Direito do Trabalho	69
11.1. Das espécies normativas no Direito do Trabalho	70
11.1.1. Constituição Federal	70
11.1.2. Leis Trabalhistas	70
11.1.3. Medidas Provisórias	70
11.1.4. Costume	71
11.1.5. Jurisprudência	72
11.1.6. Precedente judicial	73
11.1.7. Das Súmulas em matéria trabalhista	75
11.1.8. Doutrina	78
11.1.9. Regulamento de Empresa	79
11.1.10. Sentença normativa	79
11.1.11. Direito Comparado	80
11.1.12. Acordos e Convenções Coletivas do Trabalho	80
11.1.13. Direito Comum	81
11.1.14. Decretos do Presidente da República e Portarias do Ministério do Trabalho	81
12. Integração do Direito do Trabalho	82
12.1. Analogia	82
12.2. Equidade	83
12.3. Aplicação do Direito comum ao Direito do Trabalho	83
13. Normas Internacionais (Convenções da OIT)	84
14. Das regras de interpretação do Direito do Trabalho	85
15. Regras de interpretação constitucional	87

16. Limitação da interpretação das Normas Coletivas pelos Tribunais Trabalhistas (lei 13.467/17)	89
17. Aplicação da lei trabalhista no tempo	90
18. Aplicação das normas do direito do trabalho no espaço	91
19. Flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas	92
II. DA RELAÇÃO DE TRABALHO	95
1. os conceitos de relação de trabalho e relação de emprego	95
2. Relações de Trabalho que não configuram relação de emprego	97
2.1. Trabalhador autônomo	97
2.2. Do autônomo exclusivo	98
2.3. Prestador de serviços vinculados às plataformas digitais (UBER) ...	99
2.4. Trabalhador eventual	101
2.5. Trabalhador voluntário	101
2.6. Trabalhador avulso	103
2.7. Do Trabalhador cooperado	105
2.8. O empreiteiro e o contrato de empreitada	107
2.9. Do estagiário	108
2.10. Do representante comercial	112
III. DO EMPREGADO	115
1. Conceito e requisitos	115
1.1. Pessoa natural	116
1.2. Serviços de natureza não eventual	116
1.3. Subordinação	116
1.3.1. Meios telemáticos e informatizados. Controle e supervi-	
são	118
1.4. Pessoalidade	118
1.5. Onerosidade	119
2. Modalidades especiais de empregados	119
2.1. Dos altos empregados	119
2.2. Diretor de S/A	120
2.3. Cláusula de não concorrência do alto empregado e efeitos no con-	
trato de trabalho	121

2.4. Da possibilidade de o alto empregado negociar cláusulas contratuais	122
3. Empregados Domésticos	123
3.1. Direitos dos domésticos	125
4. Empregado Rural	129
4.1. Singularidades do trabalhador rural	130
5. Do trabalho fora do estabelecimento do empregador	131
6. Do trabalho em domicílio (<i>home office</i>)	131
7. Do teletrabalho	132
IV. DO EMPREGADOR	137
1. Conceito	137
2. CARACTERÍSTICAS do empregador	138
3. Do empregador por equiparação	139
4. Grupo de empresas ou empregadores	139
4.1. Do reconhecimento do grupo de empresas na execução trabalhista	142
5. Consórcio de empregadores	143
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais	144
5.2. Consórcio de Empregadores Urbanos	145
6. Da sucessão de empregadores	146
7. Falência e Recuperação Judicial – efeitos nos créditos trabalhistas e sucessão de empregadores	149
8. A responsabilidade patrimonial do sócio e a desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho	156
9. Da responsabilidade do sócio retirante	160
10. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	161
11. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	163
V. DO CONTRATO DE TRABALHO	167
1. Do contrato. Definição e Princípios	167
2. Do contrato de trabalho	169
3. Das tratativas preliminares do contrato de trabalho. Manifestação da vontade e Pré-contrato	171
4. Contrato de trabalho tático	172

5. Requisitos de validade do contrato de trabalho	172
6. Nulidades do contrato de trabalho	174
7. Direitos e obrigações do empregador	175
7.1. Direitos inerentes ao poder diretivo	175
7.2. Monitoramento do <i>e-mail</i>	176
7.3. Das revistas	177
8. Obrigações do empregador	177
8.1. Proteção de dados pessoais dos empregados (Lei Geral de Proteção de Dados)	179
9. Direitos e obrigações do empregado	182
10. Dos contratos por prazo determinado	183
10.1. Contratos por prazo determinado e as garantias de emprego	186
11. Contrato de experiência ou de prova	187
12. Do contrato de trabalho intermitente	188
13. Terceirização da prestação de serviços e contrato de trabalho	190
14. Terceirização na Administração Pública	196
15. Aspectos Processuais da terceirização	202
16. Da responsabilidade nos contratos de subemprego	205
16.1. Da responsabilidade do dono da obra nos contratos de empreitada	206
VI. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	207
1. Conceito de alteração contratual e requisitos	207
2. Direito de resistência do empregado	209
3. Alteração da função	209
4. Retorno ou reversão	210
5. Promoção	211
6. Rebaixamento	212
7. O acúmulo de função	212
8. Da transferência do empregado	213
9. Empregados excluídos da proteção da intransferibilidade	214
10. Adicional de transferência	215
11. Transferência abusiva e direito de resistência do empregado	216

VII. DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 217

1. Dos conceitos de interrupção e suspensão do contrato de trabalho e efeitos	217
2. Prescrição durante os períodos de suspensão e interrupção	218
3. Hipóteses de suspensão contratual	218
3.1. Afastamento em decorrência do serviço militar	218
3.2. Acidente de Trabalho	219
3.3. Suspensão disciplinar	220
3.4. Suspensão para fins de inquérito judicial para apuração de falta grave	220
3.5. Aposentadoria por invalidez	221
3.6. Suspensão do contrato de trabalho em razão de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	222
3.7. Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	224
4. Hipóteses de interrupção contratual (artigo 473 da CLT)	225
4.1. A questão do Limbo previdenciário-trabalhista	228
4.2. Afastamento do empregado de isolamento para enfrentamento de emergência de saúde pública (Lei 13.979/20)	228
4.3. Licença-maternidade	231

VIII. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 233

1. Conceito e nomenclaturas utilizadas	233
2. Da dispensa individual	234
3. Da dispensa coletiva	235
4. Da justa causa	237
4.1. Necessidade de o empregador informar ao empregado os motivos da Justa Causa	240
5. Do ônus da prova da justa causa	240
6. Hipóteses que autorizam a dispensa por justa causa	241
6.1. Ato de improbidade	241
6.2. Mau procedimento	241
6.3. Incontinência de conduta	242
6.4. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço ..	242

6.5. Condenação criminal	242
6.6. Desídia	242
6.7. Embriaguez habitual ou em serviço	242
6.8. Violação de segredo da empresa	243
6.9. Ato de indisciplina	244
6.10. Insubordinação	244
6.11. Abandono de emprego	244
6.12. Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	245
6.13. Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	245
6.14. Prática constante de jogos de azar	246
6.15. Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão em decorrência de conduta dolosa do empregado	246
6.16. Atos atentatórios à segurança nacional (Incluído pelo Decreto-Lei nº 3/66)	246
6.17. A ausência de vacinação do empregado contra o Covid-19 e a possibilidade de dispensa por justa causa	246
7. Dano moral (extrapatrimonial) e justa causa	247
8. Extinção por culpa recíproca	248
9. Do pedido de demissão	249
10. Da rescisão indireta do contrato de trabalho	250
11. Ônus da prova na rescisão indireta do contrato de trabalho	251
12. Hipóteses de rescisão indireta do contrato de trabalho	251
12.1. Forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato	252
12.2. For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo	252
12.3. Correr perigo manifesto de mal considerável	253
12.4. Não cumprir o empregador as obrigações do contrato	253
12.5. Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo de honra e boa fama	253

12.6. O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	254
12.7. O empregador reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários	254
12.8. O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do Serviço	254
12.9. No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho	254
13. Opção por continuar no trabalho enquanto aguarda decisão de processo trabalhista	254
14. Extinção do contrato de trabalho por adesão do trabalhador a plano de demissão voluntária (PDV)	254
15. Da extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes	257
16. A extinção do contrato de trabalho por acordo extrajudicial homologado em juízo	257
17. Fato príncipe	259
18. Da Força Maior	261
19. Do falecimento do empregado e do empregador pessoa física	262
20. Extinção dos contratos por prazo determinado	263
21. A questão da aposentadoria e a extinção do contrato de trabalho	265
22. Das verbas rescisórias (formalidades e pagamento)	266
22.1. Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas	269
23. Do Aviso Prévio: conceito e modalidades	270
23.1. Da proporcionalidade do aviso prévio (Lei 12.506/2011)	273
IX. ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	277
1. Conceitos: Estabilidade e Garantia de emprego	277
2. A Constituição de 1988, A Convenção 158 da OIT e o fim da estabilidade	278
3. Garantias de emprego	281
4. Garantia de emprego da gestante e mãe adotante	283
5. Membro de CIPA	286
6. Dirigente Sindical	287
6.1. Do inquérito judicial para apuração de falta grave pelo dirigente sindical	289

7. Empregado Acidentado	290
8. Empregado reabilitado e portador de necessidades especiais	291
9. Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS)	292
X. DA DURAÇÃO DO TRABALHO	299
1. Do Direito Fundamental à limitação de jornada de trabalho	299
2. Da jornada de trabalho	300
3. Horas de percurso ou “in itinere”	302
4. Horas de Sobreaviso e prontidão	303
5. Turnos ininterruptos de revezamento	304
6. Jornada de trabalho a tempo parcial	307
7. Da prorrogação da jornada de trabalho	308
8. Da prorrogação de horas decorrentes de atividade insalubre	310
9. Compensação de horas	312
10. Do banco de horas	313
11. Efeitos da irregularidade do acordo de compensação de horas	315
12. A compensação da jornada no regime 12X36	316
13. Dos empregados excluídos do regime de limitação da jornada de trabalho	318
13.1. Da jornada externa	320
13.2. Cargos de gestão	321
13.3. Empregados em regime de teletrabalho	321
13.4. A questão da jornada do bancário que desempenha função de confiança	322
14. Da prova da jornada de trabalho e do ônus da prova	325
15. Do Trabalho noturno	326
16. Dos períodos de descanso	328
17. Do intervalo interjornada	328
18. DO Intervalo intrajornada	329
19. Do intervalo do digitador e <i>telemarketing</i>	334
20. Do descanso semanal remunerado e feriados	335
21. Das férias: conceito e natureza jurídica	340
22. Da aquisição do direito a férias	341
23. Do período concessivo das férias	344

24. Das férias coletivas	347
25. Da remuneração e do abono de férias	348
26. Dos efeitos da extinção do contrato de trabalho nas férias	350
27. Da prescrição das férias	351
XI. DO SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	353
1. Conceitos de salário e remuneração e caracteres	353
2. Das gorjetas e sua natureza jurídica	354
3. Parcelas que integram o salário	356
3.1. Comissões	357
3.2. Gratificações	357
3.3. Utilidades (salário “in natura”)	358
3.4. Décimo terceiro salário	361
3.5. Adicionais	362
3.5.1. Adicionais de horas extras e noturno	362
3.5.2. Adicional de transferência	363
3.5.3. Do adicional de insalubridade	363
3.5.4. Do adicional de periculosidade	366
3.5.5. Da cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade	369
4. Parcelas que não integram o salário	370
4.1. Prêmios	370
4.2. Abono	371
4.3. Ajuda de custo	371
4.4. Diárias para viagem	371
4.5. Participação nos lucros	372
5. Parcelas salariais de natureza controvertida	374
5.1. Gueltas	374
5.2. <i>Stock options</i>	375
5.3. Direitos de imagem e arena	376
6. Regras protetivas do salário	380
6.1. Irredutibilidade do salário	380
6.2. Impenhorabilidade do salário	382

6.3. Intangibilidade salarial	383
7. Modalidades de salário	385
8. Salário Mínimo	386
9. Do salário profissional	387
10. Do salário Normativo ou Convencional	388
11. Da correção Monetária do Salário	388
12. Do <i>Truck system</i>	392
13. Periodicidade de pagamento do salário	393
14. Não discriminação salarial	394
15. Formalidades de pagamento	394
16. Da equiparação salarial	396
17. Salário não estipulado e equiparação salarial por equivalência	401
18. Desvio de função	402
XII. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	403
1. Dos conceitos de prescrição e decadência	403
2. O regramento constitucional da prescrição trabalhista	405
3. Da prescrição de parcelas sucessivas	407
3.1. Complementação de Aposentadoria	408
4. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição	409
5. Prescrição da pretensão declaratória	413
6. Da prescrição intercorrente	413
7. Do momento de arguição da prescrição	417
8. Reconhecimento da prescrição de ofício	418
9. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i>	421
10. Da prescrição do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho	422
11. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho	424
12. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal	427

XIII. DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO	429
1. Do dano	429
2. A responsabilidade civil	430
3. Da responsabilidade civil do empregador por danos causados a seus empregados	431
4. Da responsabilidade civil do empregador por atos de seus prepostos ou empregados por danos causados a terceiros	432
5. Da responsabilidade do empregado por danos causados ao empregador	432
6. Da responsabilidade do empregador pelos danos causados ao empregado decorrentes do acidente de trabalho	433
6.1. Do acidente de trabalho: questões conceituais	433
6.2. Teorias sobre a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho	435
6.3. Teoria da responsabilidade subjetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho	435
6.4. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho	436
6.5. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado nas atividades de risco	436
6.6. Teoria da responsabilidade subjetiva com culpa presumida do empregador	439
7. Do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho ...	440
8. Dano moral (extrapatrimonial) reflexo ou em ricochete	447
9. Reparabilidade do dano moral e requisitos	449
10. Assédio moral	451
11. Assédio sexual	453
12. Dano estético e dano moral	454
13. O dano moral coletivo	455
14. Do valor da reparação por danos morais	460
XIV. NORMAS TUTELARES	465
1. Da Carteira de Trabalho e Previdência social	465
2. Da proteção ao trabalho da mulher	467
2.1. Das práticas discriminatórias	469

2.2. Dos atestados de gravidez	469
2.3. Da proteção à maternidade	471
3. Da proteção ao trabalho do menor	477
3.1. Do contrato de aprendizagem	480
3.1.1. Requisitos do contrato de aprendizagem	482
3.1.2. Da extinção do contrato de aprendizagem	483
3.2. Da prescrição contra o menor	484
XV. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	485
1. Conceito e finalidades	485
2. Do interesse coletivo	486
3. Dos princípios do Direito Coletivo do Trabalho	488
3.1. Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho	488
3.1.1. Liberdade Sindical	488
3.1.2. Princípio da liberdade de associação	490
3.1.3. Equilíbrio entre os Entes Coletivos	491
3.1.4. Boa-Fé objetiva dos Entes Coletivos	492
3.1.5. Participação obrigatória do Sindicato das negociações Co- letivas	492
3.1.6. Princípio da adequação setorial negociada	492
4. Pluralidade X Unicidade Sindical	493
5. Das categorias profissional, econômica e diferenciada	494
6. Do Sindicato	496
7. Do Enquadramento Sindical	498
8. Desmembramento da categoria e surgimento de novo sindicato	500
9. Entidades Sindicais de nível superior	501
10. As centrais sindicais	502
11. Das receitas sindicais	503
11.1. Contribuição Sindical	503
11.2. Da contribuição confederativa	505
11.3. Contribuição assistencial	505
11.4. Mensalidade Sindical	507
12. Comissão de representantes de empregados	507

13. Condutas antissindicais	510
14. Do conflito coletivo de trabalho	513
14.1. Das formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho	514
14.1.1. Autotutela	515
14.1.2. Autocomposição	515
14.1.3. Heterocomposição	516
14.1.4. Mediação e Conciliação	516
15. Da Negociação Coletiva de Trabalho: acordos e convenções coletivas de trabalho	518
15.1. Flexibilização de direitos trabalhistas por meio de convenções e acordos coletivos de trabalho	520
15.2. Direitos indisponíveis na negociação coletiva sob a ótica da Lei 13.467/17	526
15.3. Requisitos para celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho e conteúdo de suas cláusulas	527
15.4. Prazo de vigência da norma coletiva e a questão da ultratividade	530
15.5. Da possibilidade de negociação direta entre trabalhadores e empresa (art. 617 da CLT)	532
15.6. Prevalência das disposições constantes do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho	534
15.7. Anulação de acordos e convenções coletivas e Ação Anulatória ...	535
16. Competência da Justiça do Trabalho para as controvérsias decorrentes de matéria sindical	541
17. Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho Brasileira	545
18. Do dissídio coletivo	549
18.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	550
18.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	555
18.3. Do procedimento no dissídio coletivo	556
19. Da ação de cumprimento	561
20. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do Sindicato	564
21. Da greve	572
21.1. Conceito e origens	572

21.2. Greve dos servidores públicos	574
21.3. Do procedimento da greve: direitos e obrigações	575
22. Locaute	581
23. As ações decorrentes da greve e competência da Justiça do Trabalho	582
24. Arbitragem nos conflitos coletivos	585
25. Das Comissões de Conciliação Prévia	588
BIBLIOGRAFIA	593

PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

I. TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	603
1. Do conflito trabalhista	603
2. Das formas de solução dos conflitos trabalhistas	603
2.1. Autotutela	603
2.2. Autocomposição	604
2.3. Heterocomposição	604
2.4. Mediação e conciliação	604
3. Das comissões de conciliação prévia	606
4. Arbitragem no direito processual do trabalho	607
5. Do processo	609
6. Conceito e autonomia do direito processual do trabalho	609
7. Princípios: conceito e funções	611
8. Dos princípios constitucionais do processo	612
9. Devido processo legal	612
10. DO Juiz e do Promotor Natural	613
11. Igualdade ou isonomia	614
12. Acesso à Justiça	614
13. Contraditório e ampla defesa	615
14. Duplo grau de jurisdição	615
15. Motivação das decisões judiciais	616

16. Publicidade	616
17. Vedação da prova ilícita	617
18. Duração razoável do processo	617
19. Dos princípios específicos do Direito Processual do Trabalho	618
20. Protecionismo processual	618
21. Informalidade	619
22. Conciliação	619
23. Oralidade	620
24. Majoração dos poderes do juiz do trabalho na direção do processo	621
25. Função social do processo do trabalho	622
26. Subsidiariedade	622
27. Normatização Coletiva	623
28. Das fontes do direito processual do trabalho	623
29. Interpretação do direito processual do trabalho	627
30. As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do Código de Processo Civil	628
31. Da vigência da norma processual trabalhista e as regras de direito intertemporal	633
32. A reforma processual trabalhista e as Regras de Direito Intertemporal	634
II. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	635
1. Referências históricas e evolução da justiça do trabalho brasileira	635
2. Dos órgãos da justiça do trabalho e das garantias da magistratura do trabalho	636
3. Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho	637
4. Dos Tribunais Regionais do Trabalho	638
5. Do Tribunal Superior do Trabalho	639
6. Dos serviços auxiliares da justiça do trabalho	639
III. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	641
1. Do conceito e divisões da competência	641
2. Competências absoluta e relativa	642
3. Da competência material da justiça do trabalho	642
4. Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho	643

5. Relação de consumo	645
6. Servidor público. Relação estatutária	646
7. Os contratos de empreitada e a pequena empreitada	648
8. Entes de direito público externo	649
9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114 da CF)	650
9.1. A questão da competência penal da Justiça do Trabalho	653
10. Ações que envolvem o exercício do direito de greve	655
11. Ações sobre representação sindical	657
12. <i>Habeas corpus</i>	659
13. Mandado de segurança	660
14. <i>Habeas data</i>	660
15. Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho	661
16. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho	663
17. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	664
18. Da competência territorial	666
19. Competência funcional da justiça do trabalho	668
20. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho	668
21. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista	670

IV. DAS PARTES E DOS PROCURADORES NA JUSTIÇA DO TRABALHO 673

1. Dos sujeitos no processo do trabalho	673
2. Da capacidade para ser parte no Processo do Trabalho	673
3. Da representação e assistência no processo do trabalho	674
4. O <i>jus postulandi</i> no Processo do Trabalho	677
5. Da sucessão de partes no Processo do Trabalho	678
6. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do Sindicato	679
7. Do Litisconsórcio	687
8. Do litisconsórcio previsto na CLT	693
9. Do advogado na Justiça do Trabalho	693

10. Da procuração	695
11. Dos honorários advocatícios no Processo do Trabalho	699
12. Dos honorários advocatícios que decorrem da sucumbência	701
13. Da assistência judiciária e justiça gratuita no processo do trabalho	710
14. Da justiça gratuita ao empregador e pessoa jurídica	714
15. Dos deveres das partes e dos procuradores	715
16. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho	717
17. Do assédio processual	719
18. Da intervenção de terceiros no processo do trabalho	722
19. Assistência	724
20. Nomeação à autoria	725
21. Oposição	726
22. Denúnciação da lide	728
23. Chamamento ao processo	731
24. A intervenção do <i>amicus curiae</i>	732
25. Ministério Público do Trabalho	733
26. Hipóteses de atuação do Ministério Público do Trabalho	736
V. DOS ATOS PROCESSUAIS	743
1. Conceito de atos, fatos e negócios processuais	743
2. Princípios dos atos processuais	745
3. Da prescrição e reflexos no processo do trabalho	748
4. Da prescrição intercorrente	753
5. Reconhecimento da prescrição de ofício pelo Juiz do Trabalho	756
6. Dos prazos processuais	759
7. Da contagem dos prazos processuais	760
8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas	764
9. Das despesas processuais no processo do trabalho	767
10. Da prática de atos processuais por meios eletrônicos e Processo Judicial Eletrônico	770
11. Das nulidades dos atos processuais	774
VI. DA PETIÇÃO INICIAL E DA RESPOSTA	777
1. Da petição inicial no processo do trabalho	777

2. Requisitos da petição inicial trabalhista	778
3. Da emenda e do aditamento da inicial no processo do trabalho	785
4. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista	785
5. Do indeferimento e inépcia da petição inicial	786
6. Da resposta no processo do trabalho	789
7. Da contestação	789
8. Das preliminares da contestação	793
9. Da compensação e da retenção como matérias de defesa	797
10. Matérias que podem ser invocadas depois da contestação	798
11. Das exceções	799
12. Exceções de impedimento e suspeição	800
13. Exceção de incompetência territorial	803
14. Da reconvenção	805
VII. DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	811
1. Conceito e singularidades	811
2. Formalidades da audiência trabalhista	814
3. Da gravação audiovisual da audiência pelas partes e advogados	818
4. Da audiência por videoconferência	820
5. Da Sala de Audiências e os locais destinados às partes, advogado, magistrado e ministério público	823
6. O procedimento da audiência trabalhista quando há o comparecimento do juiz do trabalho e das partes	824
7. A questão da representação do reclamado por preposto na audiência trabalhista	828
8. Efeitos processuais da ausência das partes à audiência	830
8.1. Ausência do reclamante (arquivamento) e possibilidade de representação do reclamante	830
8.2. Da ausência do reclamado. Da revelia e seus efeitos	833
8.3. Da presença do advogado e a ausência imotivada do preposto	835
8.4. Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia	836
9. Da ausência do advogado	838
10. Ausência do reclamante e do reclamado	838

VIII. PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO 839**I – TEORIA GERAL DA PROVA 839**

1. Do conceito e finalidade da prova	839
2. Objeto da prova	841
3. Dos indícios e máximas de experiência	843
4. Da prova do direito	844
5. Princípios reitores da prova no processo do trabalho	844
5.1. Necessidade da prova	844
5.2. Contraditório e ampla defesa	845
5.3. Licitude e probidade da prova	845
5.4. Aquisição processual	845
5.5. Convencimento motivado do juiz	845
5.6. Aptidão para a prova	846
5.7. Lealdade processual e boa-fé	846
6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho	847
7. A prova ilícita e o Processo do Trabalho	849
8. Do ônus da prova (estático e dinâmico)	851
9. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	855
10. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho	856
11. Os poderes instrutórios do Juiz do Trabalho	858
12. Fases do Procedimento Probatório	859
13. Da produção antecipada da prova	862
14. Da produção de provas orais por videoconferência	863
15. provas digitais	865

II – DAS PROVAS EM ESPÉCIE 868

16. Interrogatório e depoimento pessoal	868
17. Da confissão	870
18. Da prova documental	873
19. Documentos trabalhistas típicos	876
20. Oportunidade para juntada dos documentos. Autenticidade e impugnação	879
21. Da ata notarial	883

22. Da prova testemunhal	884
23. Da qualificação da testemunha. Impugnação. Contradita	892
24. Da produção da prova testemunhal	895
25. Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	897
26. Da aplicação da multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho	899
27. Da prova pericial	900
28. Sistemática da realização da perícia	903
29. Da prova pericial simplificada	906
30. Do pagamento dos honorários periciais	906
31. Da inspeção judicial	909

IX. SENTENÇA TRABALHISTA E COISA JULGADA

1. Conceito e singularidades da sentença trabalhista	911
2. Requisitos estruturais da sentença trabalhista	913
3. Classificação das sentenças	919
4. Nulidades da sentença	920
5. Do saneamento das nulidades da sentença	923
6. Do julgamento parcial do mérito	924
7. Do julgamento de improcedência liminar	926
8. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária	928
9. Da coisa julgada	930
10. Limites subjetivos da coisa julgada	931
11. Limites objetivos da coisa julgada	932
12. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho	934

X. DOS RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO

I – DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS

1. Conceito e fundamento dos recursos	937
2. Classificação dos recursos	938
3. Princípios dos recursos trabalhistas	939
4. Duplo grau de jurisdição	939
5. Taxatividade	940

6. Singularidade ou unirrrecorribilidade	940
7. Fungibilidade	941
8. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	941
9. Variabilidade	942
10. Dialecticidade	942
11. Da remessa necessária ou recurso de ofício	943
12. Decisões irrecoríveis de imediato no processo do trabalho	945
12.1. Decisão interlocutória	945
12.2. Dissídios de alçada	948
12.3. Despachos	949
13. Pressupostos recursais	949
14. Pressupostos recursais intrínsecos	950
14.1. Cabimento	950
14.2. Legitimidade	950
14.3. Interesse recursal	952
15. Pressupostos recursais extrínsecos	955
15.1. Preparo	955
15.2. Depósito recursal	955
15.3. Regularidade formal	963
15.4. Tempestividade	964
16. Efeitos dos recursos trabalhistas	965
16.1. Do efeito devolutivo	965
16.2. Efeito translativo	967
16.3. Regressivo	967
16.4. Substitutivo	968
16.5. Suspensivo	968
17. Do processamento dos recursos trabalhistas	969
18. Majoração dos poderes do relator e aplicação do art. 932 do CPC	972
19. A jurisprudência dos Tribunais	974
19.1. A questão do precedente judicial	974
19.2. Das Súmulas	976
19.3. Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais	979

19.4. Da uniformização da jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho	982
19.5. Do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho	985
19.6. Do incidente de Assunção de Competência	989
19.7. Incidente de solução de demandas repetitivas no TST	990

II. DOS RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIE 999

20. Dos embargos de declaração	999
21. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	1004
22. Embargos de declaração e contraditório	1004
23. Embargos de declaração protelatórios e multa	1005
24. Do recurso ordinário	1006
25. Do Recurso de Revista	1009
26. Hipóteses de cabimento do Recurso de Revista	1016
27. Execução de sentença	1021
28. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas	1022
29. Admissibilidade do recurso e saneamento de nulidades	1022
30. Recurso de revista no rito sumaríssimo	1023
31. Transcendência no recurso de revista	1024
32. Efeitos do recurso de revista	1028
33. Dos embargos para o TST	1029
34. Embargos infringentes	1033
35. Embargos de divergência	1033
36. Embargos de nulidade	1034
37. Processamento dos embargos no TST	1035
38. Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista	1036
39. Da repercussão geral no recurso extraordinário	1037
40. Do processamento do recurso extraordinário	1039
41. Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista	1040
42. Agravo de petição	1040
43. Agravo de instrumento	1042
44. Do recurso adesivo	1044
45. Do agravo regimental	1045

XI. LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO	1049
1. Do conceito de liquidação e natureza jurídica	1049
2. Da liquidação por cálculos	1054
3. Liquidação por arbitramento	1056
4. Liquidação por artigos (Pelo procedimento comum)	1057
5. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade	1058
6. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	1060
XII. EXECUÇÃO TRABALHISTA	1061
1. Do conceito de execução trabalhista	1061
2. Dos princípios da execução trabalhista	1061
2.1. Primazia do credor trabalhista	1061
2.2. Menor onerosidade ao executado	1062
2.3. Princípio do título	1062
2.4. Redução do contraditório	1062
2.5. Patrimonialidade	1063
2.6. Efetividade	1063
2.7. Utilidade	1063
2.8. Subsidiariedade	1064
2.9. Sincretismo processual	1064
2.10. Atipicidade dos meios executivos	1065
3. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução	1070
4. Do mérito da execução	1072
5. Do título executivo	1072
6. Títulos executivos judiciais	1074
7. Títulos executivos extrajudiciais	1077
8. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	1080
9. Da competência para a execução trabalhista	1081
10. Legitimidade para promover a execução	1082
11. Da responsabilidade patrimonial	1085
12. Responsabilidade do sucessor	1086

13. Responsabilidade do sócio	1087
14. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação	1090
15. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	1091
16. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1093
17. Bens do cônjuge ou companheiro	1096
18. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	1096
19. Da fraude à execução no Processo do Trabalho	1097
20. Da fraude à execução e fraude contra credores	1100
21. Do ato atentatório à dignidade da Justiça	1101
22. Da execução provisória na justiça do trabalho	1103
23. Da penhora de dinheiro na execução provisória	1107
24. Execução provisória de obrigação de fazer	1108
25. Execução em face da Fazenda Pública	1108
26. Execução em face da Massa Falida e empresas em Recuperação Judicial 1116	
27. Da execução de parcelas sucessivas	1123
28. Execução da parcela previdenciária	1124
29. Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho 1130	
30. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	1133
31. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no art. 523 do CPC	1134
32. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista não cumprida	1137
33. Da certidão negativa de débitos trabalhistas	1139
34. Da penhora – conceito e ordem preferencial	1141
35. Dos bens impenhoráveis	1149
36. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	1155
37. Da formalização da penhora	1157
38. Do depósito dos bens penhorados e a figura do depositário	1160
39. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução	1162
39.1. Dos embargos à execução	1162
39.2. Da exceção de pré-executividade	1165

39.3. Dos embargos de terceiro	1167
40. Da hasta pública e expropriação de bens no Processo do Trabalho	1170
41. Remição da execução	1174
42. Lance mínimo e lance vil	1175
43. Da impugnação da expropriação no processo do trabalho	1176
XIII. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS	1179
1. Jurisdição voluntária	1179
2. Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial trabalhista	1179
3. Do rito sumário	1181
4. Do rito sumaríssimo	1182
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave	1186
6. Do dissídio coletivo	1188
6.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	1189
6.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	1195
6.3. Do procedimento no dissídio coletivo	1195
7. Da ação de cumprimento	1200
XIV. PROCEDIMENTOS E AÇÕES CIVIS APLICÁVEIS AO PROCESSO DO TRABALHO	1205
1. Da Tutela Provisória	1205
2. Da tutela antecipada	1207
2.1. Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho	1215
3. Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho	1217
4. Da tutela cautelar	1220
4.1. Do procedimento das tutelas cautelares	1222
5. Da tutela da evidência	1223
6. Ação rescisória na Justiça do Trabalho	1225
6.1. Hipóteses de cabimento da ação rescisória	1228
6.2. Questões processuais e procedimento da Ação Rescisória	1234

7. Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista	1242
7.1. Sentença e coisa julgada na Ação Civil Pública	1250
8. Da Ação Civil Coletiva	1255
9. Ação anulatória na Justiça do Trabalho	1256
9.1. Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho	1258
10. Correição parcial na Justiça do Trabalho	1267
11. Mandado de Segurança	1269
11.1. Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho	1274
11.2. Do Mandado de Segurança Coletivo	1280
12. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho	1282
BIBLIOGRAFIA	1285